

**Confluência de poder entre mídia, política e agronegócio:
o discurso dominante do *Portal G1* e a contra hegemonia do *MST***

*Confluence of power between media, politics and agribusiness
the dominant speech of Portal G1 and the conter hegemony of the MST*

Wellington de Oliveira PEREIRA¹
Luiz Ademir de OLIVEIRA²

Resumo

O artigo discute a relação entre a comunicação, a política e o agronegócio, bem como a importância da mídia na formação da opinião pública, a internet como esfera pública e as relações de poder que perpassam os três campos de discussão. Como metodologia de análise, são selecionadas notícias veiculadas na subdivisão *Agro: a indústria-riqueza do Brasil*, da editoria *Agro* no *portal G1*, e nas editorias *Agronegócio* e *Agrotóxico*, do portal do *MST*, durante o mês de Março de 2021. As seguintes categorias foram selecionadas para a análise: (a) economia; (b) agrotóxico; (c) meio ambiente; (d) reforma agrária; (e) direito de minorias sociais.

Palavras-chave: Esfera pública. Hegemonia. Miatização. Relações de poder. Território.

Abstract

The article discusses the relationship between communication, politics and agribusiness, as well as the importance of the media in the formation of public opinion, the internet as a public sphere and the relations of power that permeate the three fields of discussion. As an analysis methodology, were selected news from the subdivision *Agro: a indústria-riqueza do Brasil*, from the *Agro* editorial on the *G1* portal, and in the *Agronegócio* and *Agrotóxico* editorials of the *MST* portal, during the month of March 2021. The following categories were selected for analysis: (a) economics; (b) pesticides; (c) environment; (d) land reform; (e) right of social minorities.

Keywords: Hegemony. Mediatization. Public Sphere. Relations of power. Territory.

¹ Graduando em Comunicação Social – Jornalismo da UFSJ. Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/UFSJ). E-mail: well-hc@hotmail.com

² Doutor em Ciência Política pelo IUPERJ. Professor do Curso de Comunicação Social – Jornalismo da UFSJ e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFJF. E-mail: luizoli@ufsj.edu.br

Introdução

Os olhares para a comunicação como elemento importante para a sociedade datam do século XV, mas foram nos séculos XX e XXI que as mídias alcançaram grande autonomia, obtendo status de centralidade nas dinâmicas sociais e fazendo parte do cotidiano dos indivíduos. Atualmente, batalhas são travadas no território físico e nos espaços digitais com finalidades que se complementam. Conquistar espaços comunicacionais e midiáticos é essencial para a afirmação da existência do indivíduo ou grupo na atualidade.

Os espaços digitais proporcionados pela internet são mais acessíveis do que os antigos lugares da mídia tradicional, ao menos no sentido de existir a possibilidade de ocupação por todos a partir da ação direta. Entretanto, essa suposta democracia comunicacional creditada à internet ainda está sob influências das mesmas construções sociais e dinâmicas existentes fora dela, servindo mais como espaço de complementariedade. Ainda que isso seja um avanço, muito há de se lutar e alcançar para atingir o potencial pleno democrático da internet.

Disputas entre modelos hegemônicos e contra hegemônicos recorrem à internet na tentativa de manutenção ou emancipação. Compreende-se o conceito de hegemonia a partir de Gramsci (1999), que é construída com base na busca de imposição de poder, não de forma coercitiva, pelos grupos sociais dominantes para obter o consentimento das classes subalternas, que precisa ser educado. Para isso, não é somente uma dominação econômica, como previa Marx, mas também uma dominação cultural. No caso da contra hegemonia, o conceito foi formulado por Raymond Williams (2011), o autor reconhece que existe uma força dominante, que se relaciona a uma cultura dominante. Tal cultura está vinculada aos grupos que estão no poder. Mas na complexidade da cultura, existem as emergentes que trazem novos valores, significados e sentidos que podem ser cooptados pela dominante, mas também pode se tornar formas de resistência ou contra hegemônicas.

Mesmo com o avanço tecnológico que permite uma pluralidade maior de ideias e o desvio parcial do discurso dominante, a fragilidade educacional, social e econômica enfraquece o potencial desse espaço público digital. Existe assim a ocupação parcial, facilitando a ação dos grupos hegemônicos, com maior alcance, que atuam no reforço

da construção discursiva dominante externa ao meio. Nesse sentido, é necessário entender a força do território geográfico nas relações de poder e sua relação com o campo simbólico. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (*MST*), que luta pela reforma agrária e direito à terra descrito na Constituição Federal de 1988, é exemplo de movimento contra hegemônico que enfrenta grupos dominantes nas esferas geográficas e simbólicas. No entanto, a concentração fundiária histórica do Brasil cria uma assimetria em todos os âmbitos de disputa, sendo ponto de convergência entre o agronegócio, a política institucional e os grandes grupos midiáticos, com destaque para o Grupo Globo.

A primeira discussão do artigo é sobre “a centralidade da mídia na formação da opinião pública”, tomando Thompson (1998), Hjarvard (2012), Rubim (2001) e Lima (2006) como autores centrais na análise do papel da mídia como elemento estruturante da sociedade e sua atuação sobre a socialização dos indivíduos. Discute-se, também, a partir de autores, como Dahl (2005), Barros e Sampaio (2010), Oliveira *et al* (2018). O espaço público como arena de disputas simbólicas. O tópico “Cruzamento entre mídia, política e agronegócio” se embasa em Rocha e Talga (2016) e Chã (2016), debate o imbricamento entre os três setores e como isso influencia a construção da imagem do agronegócio, seus efeitos na política pública e no imaginário popular.

Finalizando o artigo, são apresentadas as construções narrativas dos Portais G1 e do *MST* sobre o agronegócio, recorrendo à Análise de Conteúdo (Bardin, 2011) e tendo como parâmetros as categorias: (a) economia; (b) agrotóxico; (c) meio ambiente; (d) reforma agrária; (e) direito de minorias sociais.

1 A mídia como esfera pública ampliada e arena de disputas simbólicas

A comunicação é elemento central na história das sociedades. No entanto, segundo Thompson (1998, p. 19), essa centralidade só começou a ser melhor percebida a partir do século XV, com o desenvolvimento das instituições de comunicação e dos processos informacionais. O papel da comunicação na “reorganização dos meios pelos quais a informação e o conteúdo simbólico são produzidos e intercambiados no mundo social” e na “reestruturação dos meios pelos quais os indivíduos se relacionam entre si” (THOMPSON, 1998, p. 19), estão diretamente ligados ao desenvolvimento da sociedade e suas tecnologias.

É válido lembrar que, embora a comunicação tenha grande relevância em diferentes momentos históricos da sociedade, existe uma demarcação no tempo e no contexto histórico social que localiza o momento em que a mídia se torna central. Para Hjarvard (2012, p. 60), esse processo é denominado *mediatização* e está relacionado exclusivamente “à situação *histórica* em que a mídia alcançou *de uma vez* autonomia como instituição social e está interligada de maneira crucial ao funcionamento de outras instituições”.

A socialização dos indivíduos e a formação da opinião pública está diretamente sob influência dos veículos midiáticos, com diferentes aspectos da vida humana sendo construídos e significados simbolicamente. Lima (2006) argumenta que a capacidade da mídia atuar como legitimadora do que é público, valor caro aos regimes democráticos que se baseiam em atividades públicas e visíveis, é outro ponto levantado pelo autor para justificar a influência da mídia na formação da opinião pública. No momento em que outras instituições sociais perdem poder de influência na socialização de seus membros, a mídia vem no sentido contrário, mostrando-se cada vez mais forte no processo de internalização cultural e interiorização de normas sociais (LIMA, 2004, p. 51). Com tanto poder na construção simbólica e influência no debate público, o paralelismo político é uma ameaça ao pluralismo de ideias e aos valores democráticos.

Segundo definição de Albuquerque (2012, p. 8), “o conceito de paralelismo político se refere à percepção de uma convergência de objetivos, meios, enfoques e públicos entre determinados jornais e determinados partidos políticos”. O autor ainda aponta que essa condição “afeta a produção, a recepção e as repercussões das mensagens políticas”, acontecendo em diferentes formas de relações e em diferentes meios. No entanto, o paralelismo tende a se camuflar sob discursos e técnicas que alegam imparcialidade e objetividade, ocultando o caráter histórico de posicionamento e a influência na formação da opinião pública e decisões políticas (OLIVEIRA *et al*, 2018).

No caso do Brasil, Albuquerque aponta como grupos de mídia estão atrelados a grupos políticos. Isso tem a ver com o nosso processo de institucionalização. Robert Dahl (2005, p. 29) considera que existem, pelo menos, duas dimensões importantes no processo de democratização e institucionalização: contestação pública e direito de participação. A existência dessas duas dimensões, bem como de outras, exigem garantias institucionais que possibilitem a oportunidade de formular preferências,

expressar preferências e tê-las igualmente consideradas na conduta do governo (DAHL, 2005, p. 27). Nesse mesmo sentido, Gimmler estabelece que o ponto comum das variações na abordagem teórica sobre democracia deliberativa é “o fato de destacar o papel da discussão aberta, da participação cidadã e da existência de uma esfera pública eficiente (GIMMLER, 2001 *apud* BARROS E SAMPAIO, 2010, p. 88).

Para Habermas, “a interação desses públicos diversificados e dos fluxos comunicativos gerados por eles formam, de maneira resumida, a esfera pública, lócus da discussão e da formação das opiniões e das vontades coletivas”, onde a troca argumentativa “deve ser desenvolvida em diferentes espaços públicos, que sejam autônomos da influência do poder administrativo e do mercado” (HABERMAS, 1997 *apud* BARROS E SAMPAIO, 2010, p. 88). O autor aponta também a existência de múltiplas esferas públicas e a constante transformação dos sujeitos em suas relações (ALMEIDA, 2007 *apud* OLIVEIRA *et al*, 2018). Seguindo na mesma proposta, Oliveira e Fernandes (2011) indicam o fim do ideal da esfera pública única e singular faz com que se passe a observar a existência de arenas sobrepostas e conectadas, supranacionais, nacionais, regionais e locais, com conflitos e tensões variáveis, mas constantes, sob ação de diferentes atores e campos sociais, bem como de cargas culturais individuais. Nesse contexto, os autores apontem a emergência dos movimentos sociais como forças contra hegemônicas que estabelecem disputas no espaço pública. Além disso, a internet configura-se, nos tempos atuais, como um bom exemplo de espaço onde ocorre a manifestação das múltiplas esferas públicas. O Site do MST ilustra bem este caso.

Apresentada como uma tecnologia com potencial democrático, descentralizador e contra hegemônico, a internet “parece criar o ambiente ideal para intermediar debates deliberativos e estimular o envolvimento do público”, com suas infinitas possibilidades de interações e trocas de informações (BARROS E SAMPAIO, 2010, p. 87). Apesar desse potencial, a internet ainda apresenta falhas que minam sua capacidade de fortalecimento de democracias deliberativas. Barros e Sampaio (2010) indicam que, para a preservação desse potencial, a regulamentação do meio é imprescindível, mas com os devidos cuidados para que não se restrinja ao ponto de atender apenas a interesses comerciais de negociação. É importante se ter em mente que a ação da internet depende de outros fatores e, por si só, não irá reduzir a apatia política.

2 Cruzamento mídia, política e agronegócio

A ocupação territorial explica, em grande medida, a história e a estrutura de uma sociedade. O desenvolvimento social não acontece em uma esfera superior e depois é colocada geograficamente, é um processo mútuo, onde “o território é constituído pela sociedade no próprio processo em que tece o conjunto das suas relações sociais e de poder” (PORTO GONÇALVES, 2003 *apud* ROCHA E TALGA, 2016, p. 762). No Brasil, a concentração fundiária já determina sua estrutura socioeconômica. A cosmovisão eurocentrista de acumulação fundiária e utilitarista da natureza é essencial para o agronegócio em suas diferentes frentes de ação.

O constante avanço contra a demarcação de terras, a permissividade do desmatamento e, conseqüentemente, a grilagem, são manifestações políticas, com apoio e carga histórico-social de uma percepção capitalista produtiva e colonizadora sobre povos originários e minorias, amparada por uma construção simbólica que reforça e legitima opressões. A construção do discurso hegemônico sobre o agronegócio não diz somente sobre o âmbito econômico, mas está relacionado diretamente com a percepção social, cultural e histórica do país.

A terra é determinada e determinadora de culturas e sociedades, estando imbuída do poder de se definir e se expressar, permitindo a existência no sentido nutricional, mas também simbólico, determinando costumes, crenças e a sobrevivência de modos de vida, bem como a longevidade de alimentos, animais e povos. Assim sendo, os movimentos sociais e as minorias sociais, junto à atuação de mídias alternativas, são de suma importância nessa disputa discursiva e de constituição social, ressignificando o espaço e reinventando a sociedade (PORTO GONÇALVES *apud* ROCHA E TALGA, 2016, p. 763). A reforma agrária, sob a ótica aqui apresentada, é uma ameaça ao modelo capitalista de sociedade por trazer em seu cerne outra forma de relação com a terra, com as pessoas e com o meio. O que está em jogo não é apenas uma porção de terra, mas os elementos políticos, sociais e culturais carregados e construídos nessa mudança.

Delgado (2013), citado por Chã (2016), aponta a existência de cinco elementos na construção da hegemonia ideológica do agronegócio.

Uma bancada ruralista ativa, com ousadia para construir leis casuísticas e desconstruir regras constitucionais; Uma Associação de

Agrobusiness, ativa para mover os aparatos de propaganda para ideologizar o agronegócio na percepção popular; Um grupo de mídias – imprensa, rádio e TV nacionais e locais, sistematicamente identificado com formação ideológica explícita do agronegócio; Uma burocracia (SNCR) ativa na expansão do crédito público (produtivo e comercial), acrescido de uma ação específica para expandir e centralizar capitais às cadeias do agronegócio (BNDES); Uma operação passiva das instituições vinculadas à regulação fundiária (INCRA, IBAMA e FUNAI), desautorizadas a aplicar os princípios constitucionais da função social da propriedade e de demarcação e identificação e da terra indígena; Uma forte cooptação de círculos acadêmicos impregnados pelo pensamento empirista e completamente avesso ao pensamento crítico. (DELGADO, 2013a, p. 61 *apud* CHÃ, 2016, p.36).

Apesar da heterogeneidade do setor, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), ou bancada ruralista, estrutura-se de forma coesa, com boa capacidade de votação e influência por seu grande número de parlamentares. O agronegócio utiliza os números da produção e resultados no PIB como uma das principais justificativas para suas ações, apresentando-os de forma a tornar o setor inquestionável. No entanto, como argumenta Sauer (2010, *apud* CHÃ, 2016, p. 38), “é importante observar que essa contribuição do agronegócio [na economia] gera um custo público, ou seja, um gasto financiado pelo conjunto da sociedade brasileira”. O custo citado pelo autor “não se refere a qualquer inferência monetária atribuída aos sérios impactos ambientais e/ou aos custos sociais do atual modelo de desenvolvimento”, mas é relativo ao dinheiro público repassado por vários mecanismos como perdão das dívidas, ineficiência na cobrança de tributos territoriais, renúncias fiscais e isenção de impostos. Em 2017, somente a desoneração de agrotóxicos custou cerca de 10 bilhões aos cofres públicos.³ É válido lembrar ainda que grande parte da produção desse setor é direcionada à geração de *commodities* visando exportação e não abastecer o mercado interno e nem cumprir função social.

A Lei Federal de Incentivo à Cultura (Nº 8.313), conhecida como Lei Rouanet, é outra forma de atuação do agronegócio na construção simbólica. Utilizando a ferramenta de repasse de verba para eventos e equipamentos culturais, o agronegócio vincula suas marcas a atividades de interesse da sociedade, desenvolvendo um trabalho de imagem da marca sem gerar custos adicionais para as empresas, atuando ainda através de mecanismos do Estado (CHÃ, 2016, p. 40). Com base nos dados do sistema

³ <https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/mara-gama/2021/03/18/agrotoxico-com-isencao-de-imposto-e-retrocesso-ambiental.htm>. Acesso em 27 de março de 2021.

SalicNet de novembro de 2015, utilizando apenas algumas amostras das principais empresas e com recorte de 10 anos, estima-se que aproximadamente 130 milhões de reais de verba pública foram utilizados para divulgação da imagem e da ideologia de empresas vinculadas ao setor do agronegócio (CHÃ, 2016, p. 41).

No Brasil, a proximidade entre mídia – detentora de grande poder simbólico e alinhada ideologicamente com o agronegócio - e política fragiliza a dimensão democrática dos meios de comunicação. A condição de latifúndio midiático que o país vive agrava ainda mais os resultados dessa relação, com cinco famílias controlando mais de 50% dos veículos de maior audiência.⁴ Encabeçando a lista está o Grupo Globo, maior conglomerado de mídia e comunicação do Brasil e da América Latina, e de posse da família Marinho. Além do Grupo Globo, a família Marinho também é dona de fazendas e empresas de produção agropecuária. No entanto, é válido acrescentar que a relação com o setor agropecuário não é exclusividade do Grupo Globo. A grande mídia, de uma forma geral, mantém uma relação muito amistosa com o setor de agronegócios, já que recebe muito dinheiro em termos de publicidade.

3 Estudo de caso: a construção do discurso dominante sobre o agronegócio no portal G1

3.1 Metodologia e *Corpus* de Análise

Para analisar a abordagem sobre temas relacionados ao agronegócio na construção do discurso dominante, optou-se pela Análise de Conteúdo, buscando compreender: (a) como se dá a construção da imagem do agronegócio no portal G1; (b) as temáticas mais acionadas pelos veículos; (c) a valência das notícias em relação ao agronegócio.

A escolha do *Portal G1* toma como base o seu alinhamento com o discurso dominante sobre o agronegócio, inclusive com uma editoria exclusiva ao setor, e sua relevância em alcance e abrangência. Deve-se também pelo *Portal G1* pertencer ao maior conglomerado de mídia da América Latina, o Grupo Globo. O grupo tem grande influência, tanto no processo de sociabilização do indivíduo como dentro da política e da economia, tornando seu posicionamento discursivo muito relevante para a construção da percepção social coletiva.

⁴ <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/cinco-familias-controlam-50-dos-principais-veiculos-de-midia-do-pais-indica-relatorio/>. Acesso em 22 de março de 2021.

Por se tratar de uma pesquisa a ser realizada em um curto período de tempo, o recorte escolhido foi de 01 a 31 de março de 2021. Foram selecionadas todas as 07 (sete) notícias dentro da subdivisão *Agro: a indústria-riqueza do Brasil*, da editoria Agro, e também as 10 (dez) notícias do portal do MST, no mesmo período de tempo. O intuito é apresentar duas perspectivas conflitantes sobre o agronegócio, com seus agendamentos e silenciamentos.

A escolha do site do MST como contraponto se dá por sua relevância na luta pela reforma agrária e direito à terra, seu entendimento do papel social na produção de alimentos e dos processos produtivos. Outro ponto que levou a essa escolha é a construção histórica negativa do movimento na mídia. Muito do entendimento popular sobre o movimento vem de uma percepção moldada pela grande mídia, favorável ao discurso hegemônico e sistema socioeconômico dominante, que demoniza e enfraquece suas pautas e lutas.

Serão consideradas as seguintes categorias de análise: (a) economia; (b) agrotóxico; (c) meio ambiente; (d) reforma agrária; (e) direito de minorias sociais, dividindo em dois quadros, com o Quadro 1 apresentando as notícias do portal G1 e o Quadro 2 as do MST.

Quadro 1: Notícias do mês de março da Editoria *Agro: a indústria-riqueza do Brasil*, do Portal G1

	Notícia	Data	Valência	Tema
01	Irrigação cresceu cerca de 40% no Brasil em dez anos	01/03/2021	Positiva	Meio Ambiente
02	De onde vem o que eu como: irrigação usa quase metade de toda a água do Brasil para produzir alimentos	03/03/2021	Positiva	Meio Ambiente
03	Calendário da feira: março tem abóbora, goiaba, mamão formosa e muito mais	06/03/2021	Positiva	Economia
04	Carne vegetal amplia mercado para produtor agrícola	16/03/2021	Positiva	Economia
05	De onde vem o que eu como: Brasil já faz hambúrguer, linguiça e até bolinho de 'siri' com plantas e grãos	17/03/2021	Positiva	Economia
06	Iniciativas tentam reduzir preços de alimentos para população de baixa renda	25/03/2021	Positiva	Economia
07	Gente do campo: conheça Ivone Baziolli, que estudou até a 4ª série e ajudou a desenvolver principais tipos de café no Brasil	31/03/2021	Positiva	Minorias Sociais

Fonte: Os autores, 2021

Como pode ser observado no Quadro 1, foram 07 notícias postadas no *Portal GI*, sendo 4 direcionadas para Economia, 2 para Meio Ambiente e 1 para Minorias Sociais. Como veremos mais adiante na análise, o foco é dar ênfase em como o Agronegócios se constitui numa das áreas mais lucrativas e consolidadas do país. O enquadramento é extremamente positivo, sem mostrar as questões negativas que envolvem as denúncias dos ambientalistas, por exemplo.

Quadro 2: Notícias do mês de março das editorias Agronegócio e Agrotóxicos do Portal do MST

	Notícia	Data	Valência	Tema
01	Investimentos na Reforma Agrária e agricultura familiar são alternativas para crise no Brasil	02/03/2021	Negativa	Reforma agrária
02	15 anos do protesto das mulheres na Aracruz: uma história de luta e resistência!	08/03/2021	Negativa	Minorias sociais
03	Agrotóxicos foram suspensos após luta de Sem Terra de Nova Santa Rita (RS)	11/03/2021	Negativa	Agrotóxico
04	Organizações sociais reivindicam que isenções fiscais para agrotóxicos não sejam renovadas	12/03/2021	Negativa	Agrotóxico
05	Bolsa agrotóxico, isenção fiscal e pandemia de coronavírus	16/03/2021	Negativa	Agrotóxico
06	Agricultores de Nova Santa Rita são contaminados por veneno pulverizado de avião	18/03/2021	Negativa	Agrotóxico
07	Após intimidações por luta contra agrotóxicos, pesquisadora decide deixar o país	19/03/2021	Negativa	Agrotóxico
08	Água é um bem comum, não mercadoria!	22/03/2021	Negativa	Meio Ambiente
09	TRF4 mantém proibição de pulverização aérea de agrotóxicos em áreas próximas ao assentamento de Nova Santa Rita	24/03/2021	Negativa	Agrotóxico
10	Tamanho das áreas desmatadas na Amazônia está 61% maior, revela estudo	31/03/2021	Negativa	Meio Ambiente

Fonte: Dos autores, 2021

O Quadro 2, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, mostra uma realidade bem diferente. Trata-se da realidade distante do mundo dos grandes negócios da agricultura e da pecuária. Das 10 notícias, 06 referem-se à temática “Agrotóxicos”, 02 à Meio Ambiente, 01 à Reforma Agrária e 01 à Minorias Sociais. Neste caso, é um mundo com problemas sociais, o retrato de um Brasil cheio de dificuldades e têm justamente nos grandes agricultores e pecuaristas os seus maiores algozes.

3.2 Agro: a indústria-riqueza do Brasil

O intuito dessa subdivisão dentro da Editoria Agro já é claro em seu título: a positivação e manutenção da imagem do agronegócio do país. No entanto, ainda que não seja o foco dessa análise, é importante apontar que a outra subdivisão da editoria, classificada como *Globo Rural*, mantém o mesmo posicionamento. Nela, problemas são abordados, mas de forma a direcionar suas causas para fora do setor agropecuário ou tratando deles com a generalização da agricultura como um todo, sem destacar o protagonismo do agronegócio para a existência de tais condições. As valências, de forma geral, tendem a ser positivas para o agronegócio, mesmo ao abordar fatos de valência negativa em outros meios. Outro ponto a ser destacado é o teor mais técnico da subdivisão *Globo Rural*, começando nos títulos das notícias e as tornando menos atrativas para o público geral, podendo gerar um encaminhamento do leitor casual para o segmento *Agro: a indústria-riqueza do Brasil*.

Assim como comentado anteriormente sobre a subdivisão *Globo Rural*, acontece também na *Agro a indústria-riqueza do Brasil* a abordagem da agricultura e pecuária como se fossem homogêneos. A homogeneidade busca demonstrar força política, econômica e social, além de cooptar condições positivas de outros modelos produtivos. A agricultura familiar e as minorias sociais são utilizadas de forma a comover o público e gerar engajamento.

As notícias “*Gente do campo: conheça Ivone Baziolli, que estudou até a 4ª série e ajudou a desenvolver principais tipos de café no Brasil*” (31 de março de 2021) e “*Iniciativas tentam reduzir preços de alimentos para população de baixa renda*” (25 de março de 2021) demonstram esse uso. A primeira faz parte de uma série que vem sendo explorada de forma sistemática pela editoria, enquanto a segunda utiliza um problema que, em grande medida, é gerado e poderia ser resolvido pelo próprio agronegócio. A matéria trata a questão dos alimentos de uma perspectiva micro e pontual, de forma a valorizar ações em pequena escala, mas sem questionar o modelo produtivo focado em *commodities*. Outra questão relevante é a falta de espaço para a discussão do potencial da agricultura familiar como um modelo produtivo de protagonismo, viável e justo socioeconomicamente. Ao abrir espaço para esse tipo de discussão, o modelo hegemônico estaria sendo questionado em todas suas esferas, não apenas no sentido

alimentar e nutricional, pois os primeiros pontos a serem discutidos aqui são concentração fundiária e políticas públicas.

Ao noticiar *Calendário da feira: março tem abóbora, goiaba, mamão formosa e muito mais* (06 de março de 2021), aciona-se a produção local e familiar. No entanto, o que se encobre é a monocultura e latifúndios, por meio de uma pseudo valorização de produtos variados e da sazonalidade, degradada pelo modelo produtivo do agronegócio. Cabe aqui também um sentido implícito de valorização dos povos e suas diferentes culturas, algo combatido pelo agronegócio em sua expansão territorial e avanço contra povos originários, minoritários e vulneráveis socioeconomicamente.

Apesar da aparente preocupação ambiental na abordagem sobre o consumo de água, a discussão não visa a resolução do problema de forma estrutural. É indubitável a necessidade da água para a produção, mas o questionamento do modelo produtivo também se faz necessário, bem como os hábitos de consumo. O custo de produção de produtos vegetais com alto consumo, como arroz branco, trigo e milho, é de 2.500 l/kg, 1.827 l/kg e 1.220 l/kg, respectivamente. Já a produção de carne bovina, que é publicizado com orgulho, é de aproximadamente 15.415 l/kg⁵. Ainda que existam outras complexidades relacionadas ao tema, esse levantamento inicial demonstra possibilidades de mudanças na produção e consumo de alimentos que são poucos discutidos na mídia por relações e interesses velados.

O atual modelo produtivo - de *commodities* e criação de animais para consumo - não está relacionado apenas ao consumo de água e detenção da terra, mas também ao quadro de fome mundial. Segundo Sérgio Greif, biólogo e especialista em nutrição vegetariana, a intermediação da proteína vegetal por animais criados para consumo humano gera desperdício de calorias, pois o custo de cada caloria de proteína animal é de 11 a 17 calorias de proteína de grãos⁶, o que justifica duas outras notícias publicadas para amarrar a narrativa. As matérias *Carne vegetal amplia mercado para produtor agrícola* (16 de março de 2021) e *De onde vem o que eu como: Brasil já faz hambúrguer, linguiça e até bolinho de 'siri' com plantas e grãos* (17 de março de 2021) apresentam novas possibilidades de mercado de uma forma a justificar a produção, principalmente, de soja no país. No entanto, essa produção visa a exportação e a

⁵ <https://exame.com/economia/a-agua-invisivel-que-comemos-todo-dia-sem-saber-e-seus-problemas/>. Acesso em 08 de abril de 2021.

⁶ <https://www.svb.org.br/205-vegetarianismo/saude/artigos/18-vegetarianismo-e-combate-ome>. Acesso em 08 de abril de 2021.

alimentação de animais de produção industrial, sendo o Brasil o segundo maior produtor de soja do mundo e o maior exportador.⁷ Implicitamente, existe a construção narrativa de que o crescimento do mercado de produtos de origem vegetal é que exige tamanha produção, negando a realidade da criação industrial de animais e de *commodities*. Junto a isso, estimula-se o mercado neoliberal de produtos de origem vegetal, dificultando o acesso a pautas levantadas por movimentos que lutam por soberania alimentar, reforma agrária, libertação animal e outros temas relacionados.

3.3 *MST* como alternativa aos latifúndios agrário e midiático

O *MST* vem na contramão da hegemonia do agronegócio e do discurso dominante adotado e reforçado pelo Grupo Globo. O movimento, conhecido por sua atuação na luta pela reforma agrária, também tem entre suas pautas a produção agroecológica e orgânica, direitos humanos e educação libertadora, indo no sentido oposto dos valores do capitalismo e propondo a construção de um modelo alternativo de sociedade. O posicionamento ideológico é explícito e sua comunicação parte da ação direta proposta pelo grupo, diferentemente do portal G1 que atua sob o pretenso discurso de imparcialidade e objetividade, além de buscar a não vinculação com outras atividades de seus proprietários.

A valência das notícias publicadas pelo *MST* em seu portal é predominantemente negativa ao agronegócio. Ainda que algumas não estejam diretamente ligadas ao modelo político-econômico do setor, os valores e ideais apresentados são contrários aos interesses do agro. A abordagem das matérias e a forma de uso dos dados de pesquisas também representam essa perspectiva contrária, além das fontes acionadas. Entender que o território “abarca um leque enorme de elementos, tais como poder, Estado, economia, política, comunicação, cultura, mediações, significações, representações, paisagem” e que é “produto e produtor de dinâmicas e eventos sociais, cujo sustentáculo está justamente nos vínculos materiais e simbólicos que o perpassam por meio das relações de poder” (BORGES, 2013, p. 53) é essencial para compreender a totalidade da luta do *MST* e a importância da atuação em suas diferentes frentes.

⁷ <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Agricultura/Soja/noticia/2019/07/brasil-se-consolida-como-maior-exportador-global-de-soja-com-participacao-de-56.html>. Acesso em 08 de abril de 2021.

A disputa narrativa é tão importante quanto a territorial, assim como também é tão perigosa quanto. As notícias *Agrotóxicos foram suspensos após luta de Sem Terra de Nova Santa Rita (RS)* (11 de março de 2021), *Agricultores de Nova Santa Rita são contaminados por veneno pulverizado de avião* (18 de março de 2021), *Após intimidações por luta contra agrotóxicos, pesquisadora decide deixar o país* (19 de março de 2021) e *TRF4 mantém proibição de pulverização aérea de agrotóxicos em áreas próximas ao assentamento de Nova Santa Rita* (24 de março de 2021) apresentam as diferentes faces dessa luta.

O caso de Nova Santa Rita apresenta um exemplo de disputa multifacetada, ocorrendo no âmbito territorial, jurídico e político. A disputa começou após a contaminação das plantações orgânicas de famílias assentadas pela deriva de agrotóxicos no ar, resultado da pulverização por aeronaves. A contaminação levou a mobilização das famílias assentadas que conseguiram uma determinação judicial que proibiu o uso de agrotóxicos na fazenda vizinha. Como retaliação, houve ataque aéreo por agrotóxico, de forma direta, contaminando a produção e intoxicando os moradores. Foram coletadas amostras para investigação e o caso segue na justiça.

Larissa Bombardi, professora e pesquisadora do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP), decidiu deixar o país após ataques na internet e um assalto suspeito. Responsável por pesquisas sobre o uso de agrotóxicos, sendo uma das principais o atlas “Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia”, a pesquisadora foi vítima de intimidações de simpatizantes e apoiadores do agronegócio. Essa ação contra a professora é endossada por pessoas ligadas à política institucional e que defende os interesses do agro, como Xico Graziano, agrônomo e ex-deputado, que acusa a professora de deformar a realidade do agronegócio. O caso de Nova Santa Rita e da professora Larissa Bombardi exemplificam bem o poder hegemônico e mostram as diferentes formas de atuação contra quem se opõe, seja pela violência física, psicológica e até mesmo aparatos estatais.

O uso de agrotóxicos não é exclusividade do agro, mas está diretamente relacionado a ele e sua proposta produtiva. Polêmicas levantadas por matérias como *Organizações sociais reivindicam que isenções fiscais para agrotóxicos não sejam renovadas* (12 de março de 2021) e *Bolsa agrotóxico, isenção fiscal e pandemia de coronavírus* (16 de março de 2021) podem prejudicar os interesses do agronegócio e toda indústria que é movimentada a partir disso. Assim sendo, abordagens como as do

Portal G1, generalizando a agricultura, são mais aceitas para mostrar a existência de algo que não conseguiria ser silenciado, mas sem abrir espaço para reflexões acerca do modelo de produção e dos atores envolvidos. Caso essa dimensão seja tomada, outros assuntos virão à tona.

Nesse sentido, a narrativa do *MST* se completa com as matérias *Investimentos na Reforma Agrária e agricultura familiar são alternativas para crise no Brasil* (02 de março de 2021) e *Tamanho das áreas desmatadas na Amazônia está 61% maior, revela estudo* (31 de março de 2021). A proposição de um novo modelo produtivo, de percepção social, da terra e da natureza são justificados diante de fatos não revelados pela grande mídia, ao menos não de forma direta e sem justificativas enviesadas. A comunicação contra hegemônica atua então para jogar luz sobre esses fatos, legitimando suas ações e construindo uma narrativa alternativa para disputar poderes que serão refletidos em todas as esferas sociais, incluindo a comunicacional e territorial.

Considerações finais

Como apontado pelo geógrafo Milton Santos (2006) no documentário “O mundo global visto do lado de cá”, o território é a matriz da vida social, econômica e política. Dessa forma, a concentração fundiária brasileira na mão do agronegócio não diz apenas à existência de povos no sentido de sobrevivência nutricional, mas também simbólica e política. Assim sendo, a luta pela reforma agrária diz não apenas a uma transformação na distribuição de terra, mas a todo modelo capitalista de sociedade. A disputa pelo território se dá não apenas pelas relações econômicas, mas todos os elementos políticos, sociais e culturais carregados e construídos nele.

Sob a perspectiva apresentada, é possível entender melhor a relação entre a mídia, a política e o agronegócio, bem como a existência de um discurso hegemônico trabalhado pelas três esferas de poder e que estão em disputa no território, tanto de forma física quanto simbólica. Dessa forma, o Estado é essencial para a sobrevivência do agronegócio, que, por sua vez, sabendo da centralidade da mídia na sociedade, depende também dela para a manutenção da imagem do setor.

Ao analisar as notícias do *Portal G1*, identifica-se claramente o seu alinhamento com o setor de agronegócios, que se tornou uma das indústrias mais poderosas do país. A Editoria Agro é muito importante nos veículos da Globo, não só pelo que ela agenda

em termos de sucesso do setor de agronegócios, mas, principalmente, sobre o que ela silencia em relação à crimes ambientais e violência contra trabalhadores, comunidades rurais e indígenas. O *Portal G1* privilegia notícias sobre Economia e algumas de Meio Ambiente com um enquadramento muito positivo sobre a indústria do Agronegócio. Não poderia ser diferente. A indústria cultural alimenta-se como um sistema harmônico em que há um controle hegemônico, conforme aponta Gramsci (1999).

No entanto, a internet, mesmo mantendo o poder nas mãos de determinados grupos e não tendo alterado as estruturas de poder no Brasil, possibilitou certa ampliação do espaço público. São nestas brechas que os movimentos sociais e culturais alternativos buscam dar visibilidade às suas ações sem a conotação negativa que tem nas mídias tradicionais. Durante anos, desde que se tornou o maior movimento social do Brasil e da América Latina, o *MST* tem sido enquadrado como um movimento radical de invasores de terras, que agem de forma violenta. Para mudar esta imagem e mostrar que lutam pelo direito à terra, pelo direito à reforma agrária, direitos garantidos pela própria Constituição Federal, podem agora utilizar os espaços digitais, como o Portal de Notícias do *MST*, as redes sociais. São espaços que dão visibilidade para o Movimento e conseguem mostrar uma luta contra hegemônica nesta arena pública ampliada.

Referências

ALBUQUERQUE, Afonso de. O Paralelismo Político em Questão. In: **Revista Compólitica**. V. 2, N 1, ed. julho-agosto, ano 2012. Rio de Janeiro: Compólitica, 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, C. T. G.; SAMPAIO, R. C. Internet como esfera pública? Análise de usos e repercussões reais das discussões virtuais. In: Democracia e Interfaces Digitais para a Participação Pública. **Cadernos PPG-AU**, Vol. 9. Bahia: UFBA, 2010. P. 87-104.

BORGES, Rosana Maria Ribeiro. O território geográfico como categoria metodológica dos estudos em Comunicação Social e Jornalismo. In: **Contemporânea**. Nº 21. Ano 11. Vol. 1. 2013.

CHÃ, Ana Manuela de Jesus. **Agronegócio e indústria cultural: estratégias das empresas para a construção da hegemonia**. (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe – UNESP. São Paulo, 2016.

DAHL, Robert A. **Poliarquia**: participação e oposição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005,

FERNANDES, A.B. & OLIVEIRA, L.A. Espaço Público, Política e Ação Comunicativa a partir da Concepção Habermasiana. **Estudos Filosóficos**. São João del-Rei: Editora da UFSJ, v n.6, v.1, 2011, p.116-130.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. V.1. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

HJARVARD, Stig. Mídiação: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. **MATRIZES**. Ano 5 - nº 2. São Paulo, 2012.

LIMA, Venício A. Sete teses sobre mídia e política no Brasil. **Revista USP**. Nº 61. São Paulo, 2004. P. 48-57.

OLIVEIRA, L.A.; FERNANDES, C.M.; CHAGAS, G. C. Novos passos do golpe: o enquadramento da Reforma da Previdência no Jornal Nacional. **Contracampo**, Niterói, v. 37, n. 02, pp. 59-86, ago.2018/nov. 2018.

ROCHA, N. J. dos R.; TALGA, D. O. Mídia e agrotóxicos no agronegócio do capital, envenenamento humano e simbólico do planeta. In: **Razón y Palabra**. Práticas alimentarias desde una perspectiva sistémica completa. Nº 3-94. 2016. P. 760-779.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998.

TENDLER, Sílvio. **Encontro com Milton Santos**: o Mundo Global visto do lado de cá (Documentário). São Paulo, 2006, Duração: 89 minutos.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.